



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **1007748-90.2018.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Tutela Antecipada Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica**  
 Requerente: **Reginaldo Baffa**  
 Requerido: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**

Reginaldo Baffa propõe(m) ação contra PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS aduzindo ser portador(a) de incontinência urinária, necessitando, para o tratamento, de 150 fraldas descartáveis tamanho M, e, como não possui condições de arcar com o custo, postula a imposição à(s) parte(s) ré(s) da obrigação de fornecê-los, com fundamento no direito à saúde.

A liminar foi concedida, fls. 33/34.

A(s) parte(s) ré(s), citada(s), contestou(aram) (fls. 46/48) aduzindo que não se opõe à pretensão, de modo que não há interesse processual.

Réplica oferecida, fls. 55/56

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

O interesse processual está caracterizado. Sustentou o autor, com a inicial, que vinha recebendo as fraldas mensalmente, através da USF Jardim São Carlos, Unidade Laboratorial, sendo subitamente surpreendido com a interrupção no fornecimento em razão de uma portaria municipal que teria excluído a incontinência urinária do atendimento público, sem maiores esclarecimentos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Citado o Município alega em contestação que não e opõe ao fornecimento, entretanto documento por ele próprio juntado respaldo o alegado na inicial e demonstra o interesse de agir.

Com efeito, às fls. 51 consta informação da farmacêutica da Seção de Apoio à Assistência Farmacêutica (SAAF) da prefeitura que "As solicitações de fraldas são realizadas nas Unidades de Saúde e são avaliadas pelo médico e enfermeira, após avaliação social no CEME. Caso se enquadre na Portaria SMS nº 12/2018".

Ora, a leitura dessa informação comprova que efetivamente o fornecimento das fraldas é condicionado ao enquadramento em determinada portaria, cujo teor não aportou aos autos.

Corroborar o alegado na inicial, no sentido de que o fornecimento ao autor foi excluído com base na portaria em questão.

Além disso, corrobora ainda a alegação do autor de que vinha recebendo as fraldas mensalmente, através da USF Jardim São Carlos, Unidade Laboratorial, pois às fls. 51 também se lê: "Não há registro [de fornecimento de fraldas ao autor] na SAAF. Este paciente deve ter prontuário na USF Jardim São Carlos".

Nesse sentido, ao que se extrai da controvérsia o direito do autor é indiscutível (em contestação sequer foi alegado o contrário), até porque as fraldas, segundo intuitivamente se conclui, são produtos padronizados e incorporados ao SUS. Seu fornecimento para o caso do autor, de incontinência urinária, também é evidentemente necessário.

De tudo o quanto se expõe acima, logicamente o Município deve ser condenado em verbas sucumbenciais.

Além disso, observo ainda que o autor sempre recebeu as fraldas na USF Jardim São Carlos, não tendo sido trazida qualquer razão para que seja a mudança. Deverá ser mantido o sistema anterior.

Confirmo a liminar de fls. 33/34 e julgo procedente a ação e para CONDENAR a parte ré a fornecer à parte autora 150 fraldas descartáveis / mês, no tamanho adequado, enquanto seja



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

necessário.

**Fls. 55/56. Por enquanto, até que modificada esta por outra decisão judicial ou por acordo (INFORMAL E ADMINISTRATIVO: não é necessária homologação do juiz) entre as partes, fica determinado que o fornecimento deverá ocorrer na USF Jardim São Carlos, sob pena de se considerar descumprida a obrigação.** Para modificação dessa regra por decisão judicial deve o Município justificar a impossibilidade ou irregularidade do fornecimento nesses termos. **Prazo de 10 dias para o Município regularizar o fornecimento na unidade de saúde acima indicada, sob pena de sequestro.**

CONDENO-A(S), ainda, nas verbas sucumbenciais, arbitrados os honorários em 10% sobre o valor atualizado da causa.

P.I.

São Carlos, 10 de setembro de 2018.